



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Relatório INSP-2022-0097**  
**BI-2022-0095**

## 1 – Dados gerais

### 1.1 - Inspeção

**Data:** 24/08/2022      **Hora:** 11:15      **Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Seguimento

**Inspetor responsável:** António MR. Moutinho

**Outros inspetores da IRA:** Elisabete R. Santos

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 30.º do Anexo I do Decreto Regulamentar n.º 17/2021/A, de 8 de julho, para verificar o cumprimento da notificação SAI-N-2020-0257:

A instalação foi inspecionada em 2020/09/17, BI-2020-0057, relatório INSP-2021-0111, e notificada para regularização das infrações detetadas em 2020-11-27.

No local foi contactado o Sr. º Ruben André Cruz Trigo, escriturário, e telefonicamente o Sr. º Ricardo Manuel Simões Mendes, administrador.

Foi realizada uma visita às instalações, nomeadamente: zona de despoluição de VFV, contentores para expedição de resíduos, zona de armazenamento e enfardamento de metais, zona de armazenamento de VFV e zona de armazenamento e desmantelamento de REEE.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Reciclagem e Comércio Fagundes Lda.      **NIPC/NIF:** 509607527

**Sede/morada:** Rua do Lajedo n.º 22

**Código Postal:** 9760-111      **Freguesia:** Fonte do Bastardo

**Concelho:** Praia da Vitória      **Ilha:** Terceira

### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Instalações - Reciclagem e Comércio Fagundes Lda.

**Endereço:** Rua do Lajedo n.º 22

**Código Postal:** 9760-111      **Freguesia:** Fonte do Bastardo

**Concelho:** Praia da Vitória      **Ilha:** Terceira



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

**Atividade principal:** 46771 - Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos

**Outras atividades:**

**Período de funcionamento:** Das 8 h às 12 h de segunda-feira a sábado, das 13 h às 17 h de segunda-feira a sexta-feira

**Licenciamento da atividade:** Alvará de OGR n.º 10/DRA/2018

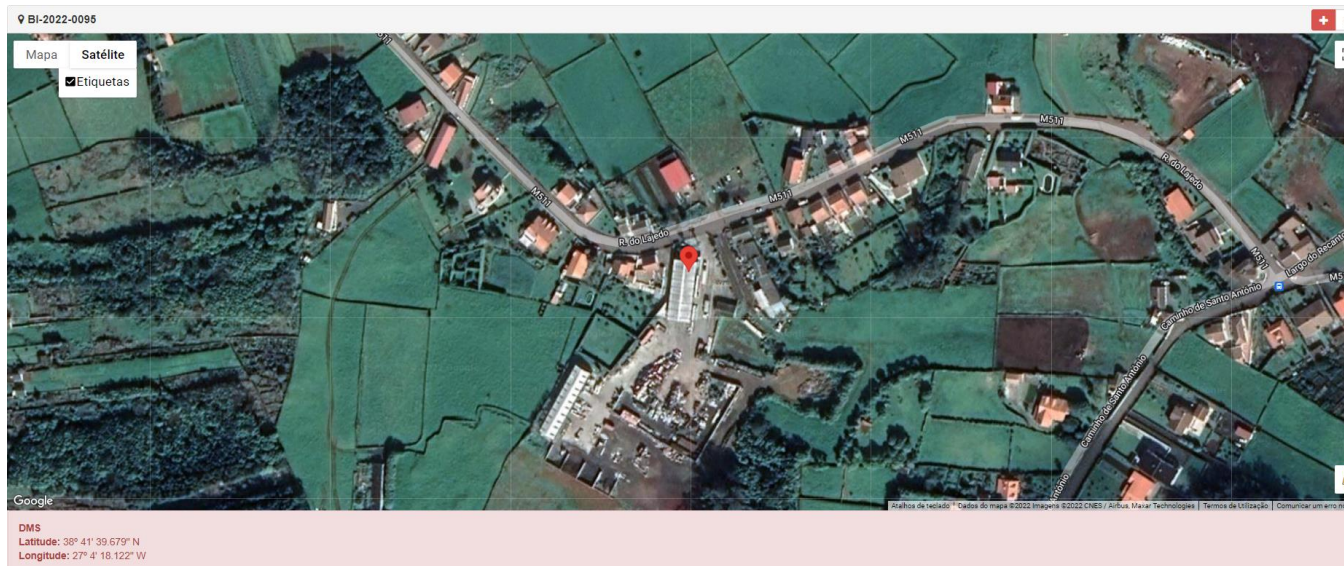


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Antecedentes

Em novembro de 2020, foram notificados para regularizar as seguintes infrações em 30 dias úteis:

- a) A falta de instalação por parte do titular da licença (Alvará n.º AR/2018/86) de um sistema de autocontrolo ou programas de monitorização adequados às respetivas utilizações sempre que essa instalação seja exigida no respetivo título de utilização de recursos hídricos, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea f) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- b) Incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, o que viola o disposto no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na ii) do nº 2 do art.º 229.º do diploma citado. Condições fixadas no n.º 4 do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 10/DRA/2018:



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

- b. *“Deve ser disponibilizado um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos dos responsáveis pela instalação”, descrito no ponto 5.2.2 alínea b) do relatório INSP-2020-0149;*
- e. *“Todas as áreas de gestão devem estar delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores”, descrito no ponto 5.2.2 alínea e) do relatório INSP-2020-0149;*
- k. *“O armazenamento dos resíduos deve ser efetuado de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prever o risco de incêndio ou explosão e respeitar todas as regras de segurança”, descrito no ponto 5.2.2 alínea k) do relatório INSP-2020-0149;*
- n. *“Os recipientes e áreas utilizados na armazenagem de resíduos devem ter a identificação dos resíduos por nome comum e código LER”, descrito no ponto 5.2.2 alínea n) do relatório INSP-2020-0149;*
- r. *“Na gestão de VFV deve ser dado cumprimento ao estipulado no Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho”, descrito no ponto 5.2.2 alínea r) do relatório INSP-2020-0149;*
- s. *“Deve ser implementado um sistema de controlo dos documentos dos VFV rececionados, um sistema de registo de quantidades de componentes e materiais encaminhados, por tipo de materiais ou componentes, e do respetivo destinatário, incluindo a parte remanescente da carroçaria ou chassis e um sistema de registo de frações resultantes da fragmentação, por tipo de materiais, e dos respetivos destinatários”, descrito no ponto 5.2.2 alínea s) do relatório INSP-2020-0149;*
- t. *“A zona de armazenagem dos VFV deve ser impermeabilizada, com área suficiente para que os mesmos não sejam colocados uns em cima dos outros ou de lado, equipado com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separadores de óleos e gorduras”, descrito no ponto 5.2.2 alínea t) do relatório INSP-2020-0149;*
- x. *“O tratamento para a despoluição dos VFV deve ser realizado no prazo máximo de 15 dias após a receção do VFV, devendo ser efetuada a remoção dos acumuladores e dos depósitos de gás liquefeito, remoção ou neutralização dos componentes pirotécnicos, nomeadamente airbags e pré -tensores dos cintos de segurança, remoção do combustível, incluindo o GPL, do óleo do motor, do óleo da transmissão, do óleo da caixa de velocidades, do óleo dos sistemas hidráulicos, dos líquidos de arrefecimento, do anticongelante, dos fluidos dos travões, dos fluidos dos sistemas de ar condicionado e de quaisquer outros fluidos contidos no VFV, a menos que sejam necessários para efeitos de reutilização das peças visadas, remoção, na medida do possível, de todos os componentes identificados como contendo mercúrio, remoção de todos os*



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

*componentes e materiais rotulados ou de outro modo indicados nos termos do anexo I, no caso dos VFV das categorias M1, N1 e de veículos a motor de três rodas, com exclusão dos triciclos a motor”, descrito no ponto 5.2.2 alínea x) do relatório INSP-2020-0149;*

- y. *“As operações de tratamento a fim de promover a reutilização e a reciclagem dos VFV devem ser realizadas no prazo máximo de 1 ano após a receção do VFV, devendo ser efetuada a remoção de todos os componentes suscetíveis de reutilização como peças em segunda mão, quando técnica e economicamente viável, a remoção dos catalisadores, a remoção dos componentes metálicos que contenham cobre, alumínio e magnésio, se esses metais não forem separados no ato de fragmentação, a remoção de pneus, a remoção de grandes componentes de plástico, nomeadamente para -choques, painel de bordo, reservatórios de fluidos e outros, se estes materiais não forem separados no ato de fragmentação, a remoção dos vidros”, descrito no ponto 5.2.2 alínea y) do relatório INSP-2020-0149.*
- c) A não implementação de um plano de controlo de roedores, em violação do disposto no artigo n.º 6 do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, em conjugação com a Portaria n.º 32/2015, de 13 de março, configurando assim a prática de uma contraordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do referido Decreto Legislativo Regional;
- d) A não constituição de garantia financeira que permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade (Operador de Gestão de Resíduos), em violação do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei nº 147/2008, de 29 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea f) do n.º 1 do artigo 26.º do diploma citado.

## **2.2 – Descrição da situação observada**

Relativamente à infração descrita na alínea a) do ponto 2.1, verificou-se que a empresa em 2021 não realizou o autocontrolo anual, tendo o INOVA feito a recolha para o autocontrolo do ano de 2022 em 22 de agosto;

Relativamente às infrações descritas na alínea b) do ponto 2.1:

A empresa regularizou as condições fixadas no n.º 4 do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 10/DRA/2018, nomeadamente a condição:

- b), *“Deve ser disponibilizado um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos dos responsáveis pela instalação”, renovou o painel de entrada;*



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

- e), *“Todas as áreas de gestão devem estar delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores”*, delimitou e identificou as áreas de gestão;
- k), *“O armazenamento dos resíduos deve ser efetuado de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prever o risco de incêndio ou explosão e respeitar todas as regras de segurança”*, não tem veículos empilhados;
- n), *“Os recipientes e áreas utilizados na armazenagem de resíduos devem ter a identificação dos resíduos por nome comum e código LER”*, identificou áreas exteriores;
- r), *“Na gestão de VFV deve ser dado cumprimento ao estipulado no Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho”*, deixou de alterar a forma física dos veículos antes das operações de despoluição e tratamento;
- t), *“A zona de armazenagem dos VFV deve ser impermeabilizada, com área suficiente para que os mesmos não sejam colocados uns em cima dos outros ou de lado, equipado com sistema de recolha e tratamento de águas pluviais, águas de limpeza e de derramamentos, dotado de decantadores e separadores de óleos e gorduras”*, os VFV estavam em área impermeabilizada;

A empresa não regularizou as condições fixadas no n.º 4 do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 10/DRA/2018, nomeadamente a condição:

- s), *“Deve ser implementado um sistema de controlo dos documentos dos VFV rececionados, um sistema de registo de quantidades de componentes e materiais encaminhados, por tipo de materiais ou componentes, e do respetivo destinatário, incluindo a parte remanescente da carroçaria ou chassis e um sistema de registo de frações resultantes da fragmentação, por tipo de materiais, e dos respetivos destinatários”*, não criou um sistema de controlo dos documentos dos VFV rececionados;
- x), *“O tratamento para a despoluição dos VFV deve ser realizado no prazo máximo de 15 dias após a receção do VFV, devendo ser efetuada a remoção (...) no caso dos VFV das categorias M1, N1 e de veículos a motor de três rodas, com exclusão dos triciclos a motor”*, não cumprem com o prazo de 15 dias na despoluição dos VFV;
- y), *“As operações de tratamento a fim de promover a reutilização e a reciclagem dos VFV devem ser realizadas no prazo máximo de 1 ano após a receção do VFV, (...) se estes materiais não forem separados no ato de fragmentação, a remoção dos vidros”*, não cumpre com um ano para as operações de tratamento e





**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

Relativamente à infração descrita na alínea c) do ponto 2.1, verificou-se que a empresa implementou um plano Integrado de controlo de roedores;

Relativamente à infração descrita na alínea d) do ponto 2.1, verificou-se que a empresa contratou um seguro como garantia financeira, para assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade de OGR. Seguro de responsabilidade ambiental apólice n.º RC64634994 - Fidelidade – Companhia de Seguros, SA.;

### **2.3 – Outras informações obtidas**

Segundo o Sr. Ricardo Mendes, a gerência está a equacionar a possibilidade de deixar de rececionar Veículos em Fim de Vida (VFV).

## **3 – Irregularidades e infrações detetadas**

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) Incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, o que viola o disposto no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de contraordenação ambiental grave prevista na ii) do nº 2 do art.º 229.º do diploma citado. Condições fixadas no n.º 4 do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos nº 10/DRA/2018:
  - s. *“Deve ser implementado um sistema de controlo dos documentos dos VFV rececionados, um sistema de registo de quantidades de componentes e materiais encaminhados, por tipo de materiais ou componentes, e do respetivo destinatário, incluindo a parte remanescente da carroçaria ou chassis e um sistema de registo de frações resultantes da fragmentação, por tipo de materiais, e dos respetivos destinatários”;*
  - x. *“O tratamento para a despoluição dos VFV deve ser realizado no prazo máximo de 15 dias após a receção do VFV, devendo ser efetuada a remoção dos acumuladores e dos depósitos de gás liquefeito, remoção ou neutralização dos componentes pirotécnicos, nomeadamente airbags e pré -tensores dos cintos de segurança, remoção do combustível, incluindo o GPL, do óleo do motor, do óleo da transmissão, do óleo da caixa de velocidades, do óleo dos sistemas hidráulicos, dos líquidos de arrefecimento, do anticongelante, dos fluidos dos travões, dos fluidos dos sistemas de ar condicionado e de quaisquer outros fluidos contidos no VFV, a menos que sejam necessários para efeitos de reutilização das peças visadas, remoção, na medida do possível, de todos os componentes*



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**  
**Inspeção Regional do Ambiente**

---

*identificados como contendo mercúrio, remoção de todos os componentes e materiais rotulados ou de outro modo indicados nos termos do anexo I, no caso dos VFV das categorias M1, N1 e de veículos a motor de três rodas, com exclusão dos triciclos a motor”;*

- y. *“As operações de tratamento a fim de promover a reutilização e a reciclagem dos VFV devem ser realizadas no prazo máximo de 1 ano após a receção do VFV, devendo ser efetuada a remoção de todos os componentes suscetíveis de reutilização como peças em segunda mão, quando técnica e economicamente viável, a remoção dos catalisadores, a remoção dos componentes metálicos que contenham cobre, alumínio e magnésio, se esses metais não forem separados no ato de fragmentação, a remoção de pneus, a remoção de grandes componentes de plástico, nomeadamente para -choques, painel de bordo, reservatórios de fluidos e outros, se estes materiais não forem separados no ato de fragmentação, a remoção dos vidros”.*

#### **4 – Indicações e medidas adotadas**

##### **Indicações transmitidas:**

Foi chamada a atenção ao Sr. Ricardo Mendes, que tem que respeitar as condições impostas no alvará de OGR, e que em caso de reincidência será instaurado processo de contraordenação.

##### **Medidas adotadas:**

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outra: Por se tratar de um Operador de Gestão de Resíduos, envio do relatório à DRAAC para conhecimento.